

DISCURSO DE S. EX.^a MINISTRO DA AGRICULTURA E PESCAS, ENG.º ANTÓNIO FRANCISCO DE ASSIS, NA SESSÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LINGUA PORTUGUESA (CPLP), S.TOME, 23 DE AGOSTO DE 2023.

- EXCELÊNCIA MINISTRO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCAS DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, ABEL DA SILVA BOM JESUS;

-EXCELÊNCIA, MINISTRO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL DA GUINÉ EQUATORIAL;

- EXCELÊNCIA SECRETÁRIA EXTRAORDINÁRIA DE COMBATE À POBREZA E À FOME DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME DO BRASIL;

- EXCELÊNCIA SECRETÁRIO DE ESTADO DO AMBIENTE E AGRICULTURA DE CABO VERDE;

- EXCELENTÍSSIMOS SENHORES REPRESENTATES DA GUINÉ BISSU, MOÇAMBIQUE E PORTUGAL;

-DISTINTOS CONVIDADOS;

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES.

Em nome do Governo de Angola, gostaria em primeiro lugar de saudar vossa Excelências presentes na IV reunião ordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP e agradecer o acolhimento de S. Tomé pela Organização de tão importante evento.

O Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP realiza reuniões de balanço em cada 2 anos para rever e monitorar o progresso na implementação dos resultados da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP) e recolher as contribuições para o alcance da agenda 2030, dada a urgência e importância de mobilizar

compromissos ousados políticos no âmbito da Segurança Alimentar, para construir sistemas alimentares sustentáveis.

As fragilidades e desigualdades nos Sistemas alimentares constituem desafios acentuados para os Governos, a nível nacional, continental e global; esta situação, exige maior coordenação entre os diferentes actores, maior eficiência do Estado e da Sociedade nos diversos Sectores, bem como melhores soluções interligadas nos vários processos de cadeia alimentar, nomeadamente: produção, processamento, distribuição e consumo, a fim de garantir à todas as populações, o direito ao acesso a alimentos seguros e nutritivos, para uma mudança de padrão de consumo ambientalmente viável e resiliente as alterações climáticas.

Com vista a dirimir estas dificuldades, é necessário criar mecanismos de acesso fácil aos créditos bancários, ligados a cadeia de valores dos sistemas alimentares, reduzir taxas de juros e impostos, velar pelo incentivo do mercado formal adaptado às actividades produtivas de diversos segmentos da cadeia de valores.

Excelências;

Governo de Angola, depois da reunião da CPLP, sobre a Segurança Alimentar, realizada aos 17 de Julho de 2021, em Luanda, engajou-se na realização do Diálogo Nacional sobre os Sistemas Alimentares e Consultas Públicas da Segunda Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN II - Angola 2030).

A ENSAN II – Angola 2030, é um instrumento em vias de aprovação que está alinhada com as metas da Estratégia de Desenvolvimento a Longo Prazo para Angola (2025), actualmente a ser revista para cobrir o horizonte de 2050, e a Agenda 2063 da União Africana, “África que queremos”.

A referida Estratégia, utiliza uma abordagem territorial do sistema alimentar vinculando-se aos esforços internacionais de acelerar a transformação dos sistemas alimentares para alcançar os 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030.

Nesta conformidade, o Governo de Angola sustentou a visão da Cimeira Mundial sobre Sistemas Alimentares, de garantir um futuro equitativo, sustentável e saudável para todos.

Minhas Senhoras e meus Senhores;

O Governo de Angola em colaboração com os seus parceiros de desenvolvimento, têm mobilizado investimentos significativos para novos programas e projectos agrícolas, orientados para a transformação dos actuais sistemas Alimentares, em sistemas mais eficientes que garantam maior produtividade e melhoria da qualidade de vida das populações.

Neste quadro, destacamos o Plano de Fomento de Produção de Grãos (PLANAGRÃO), o Plano Nacional de Fomento de Desenvolvimento da Pecuária (LANAPECUÁRIA), o Plano Nacional de Fomento das Pescas (LANAPESCA) e a Construção do Canal de Cafu. Por outro lado, o Ministério da Agricultura e Florestas tem vindo a implementar diversos programas de fomento da agricultura familiar, sem descorar os programas Sectoriais, que contribuem para o aumento da produção nacional.

Para terminar, gostaria de desejar bom sucesso à presidência de S. Tomé e Príncipe, nas atribuições que lhe forem consignados, e de igual modo, que as conclusões e recomendações desta Conferência atinjam os objectivo e resultados preconizados.

Muito obrigado!